



# Licença de Operação

Processo Nº 23/102806/2006

LO Nº: 94

Ano 2017

Nº Licença Anterior: LO 387

Data de Expedição: 11/09/2015

O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL/MS, autarquia vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 4.640, de 24 de dezembro de 2014, EXPEDE a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO, de acordo com a Lei nº 2.257, de 09/07/2001 e suas alterações posteriores, e normatizada através da Resolução SEMADE nº 09 de 13/05/2015.

**Requerente:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. CPF/CNPJ: 03982931000120  
**SANESUL**

**Endereço do Empreendimento:** PROLONGAMENTO DA RUA PARÁ

**Complemento:**

**Bairro:** PERI URBANA

**Município:** Deodapolis

**CEP:** 79790-000

**UF:** MS

**Bacia Hidrográfica:** Paraná/Rio Ivinhema

**Corpo Receptor:** Córrego das Lavadeiras

**Área Ocupada Prevista:** 4151,02 m<sup>2</sup>

**Área Total:** 10372,95 m<sup>2</sup>

**Atividade:** 7.29.1 - SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO – CONTEMPLANDO ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE, E EMISSÁRIO

**capacidade:** 5,00 L/s

**VALIDADE LICENÇA:** 17/09/2019

**coordenada S:** 22° 17' 5.14"

**coordenada W:** 54° 10' 11.05"

## Condicionantes Específicas:

1. Esta licença autoriza a operação da Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 5 L/s;
  2. Deverá ser encaminhado ao IMASUL/MS, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura desta Licença, projeto recuperação de uma Área de Preservação Permanente – APP conforme a Instrução Normativa nº 05/2009 do Ministério do Meio Ambiente – MMA, como medida ecológica de caráter compensatório referente à intervenção na área de APP do Córrego Lavadeiras, local de lançamento final do efluente tratado, em atendimento à Resolução CONAMA 369/2006;
  3. Deverá manter limpo e sem vegetação (acero) o caminho de acesso ao ponto de lançamento de efluente no corpo hídrico receptor para fins de fiscalização;
  4. Deverá ser mantida a cortina arbórea no entorno da ETE;
  5. O Empreendimento deverá operar em conformidade com o projeto, memorial descritivo e Sistema de Controle Ambiental – (S.C.A) aprovados por este Instituto;
  6. Deverá ser apresentado a este IMASUL/MS, Relatório trimestral de execução do Plano de Automonitoramento – PAM acompanhado da respectiva Documentação de Responsabilidade Técnica, no máximo 10 (dez) dias após um período respectivo de coleta de dados, contados a partir da data de assinatura desta Licença, contemplando, para cada monitoramento realizado, tipo e local de amostragem com as respectivas coordenadas geográficas (Datum Horizontal SIRGAS 2000), a avaliação técnica dos dados obtidos e sua confrontação com a legislação ambiental pertinente, ART dos responsáveis pelas análises, apresentação dos boletins analíticos das amostras, propostas e/ou medidas efetivadas de saneamento de situações constatadas como não-conformes. O monitoramento deverá seguir os parâmetros e periodicidades abaixo descritos:
    - A. Eficiência do sistema de tratamento de efluentes (periodicidade mensal), através de análises laboratoriais das amostras, na entrada e saída do sistema, contemplando os seguintes parâmetros: vazão, temperatura do ar e da água, pH, DBO<sub>5</sub>, 20, DQO, Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal Total, Cloreto, Sólidos Suspensos, Materiais Sedimentáveis e coliformes termotolerantes;
    - B. Qualidade das águas superficiais (periodicidade mensal), através de análises laboratoriais das amostras, à montante e à jusante do ponto de lançamento no corpo hídrico receptor, imediatamente após a zona de mistura, contemplando os parâmetros: cor, turbidez, pH, DBO<sub>5</sub>, 20, Oxigênio Dissolvido, Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal total, Óleos e Graxas, Cloreto, Sólidos Dissolvidos Totais, coliformes termotolerantes, nitrato, nitrito;
    - C. As coletas das amostras dos efluentes e das águas superficiais deverão ser realizadas na mesma data e como o menor intervalo de tempo possível entre as coletas das amostras;
  7. O lançamento dos efluentes deverão apresentar padrões de qualidades de forma a não alterar a classe em que o corpo receptor esta enquadrado para atender a Deliberação CECA nº 036/2012 e a Resolução CONAMA nº 357/2005, complementada e alterada pela Resolução CONAMA nº 430/2011;
- CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES À FL. 02/03 .....

.....  
**CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECÍFICAS DA LO Nº 94/2017.**

8.A remoção do lodo da ETE, a estocagem transitória e a destinação final do mesmo, bem como dos resíduos do gradeamento e desarenador devem ser realizadas de acordo com o PGR apresentado;

9.Empreendimentos geradores de efluentes líquidos, efetiva ou potencialmente poluidores das águas de domínio do Estado de Mato Grosso do Sul, ficam notificados a apresentarem, até o dia 31 de março de cada ano, a Declaração de Carga Poluidora referente ao ano civil anterior, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional responsável pela sua elaboração, considerando as indicações contidas na Resolução CONAMA n. 357, de 17 de março de 2005, conforme dispõe a Resolução SEMAC n. 29, de 28 de dezembro de 2011

10.Deverá cumprir a portaria de Outorga nº 0000350, de 26 de Janeiro de 2017, para lançamento, transporte e disposição final de efluentes;

11.Deverão ser adotadas medidas preventivas de maneira a evitar processos erosivos e assegurar condições que permitam a disposição dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, de maneira a assegurar a não contaminação, do solo, dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos;

12.Essa licença substitui a LO Nº387/2015 e é validade até 17/09/2019.  
...../



## CONDICIONANTES GERAIS DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 94 / 2017

1. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos federais, estaduais ou municipais;
2. A eficiência do Sistema de Controle Ambiental – SCA é de responsabilidade exclusiva do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto/execução;
3. O IMASUL/SEMAGRO/MS reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com as normas legais, exigir melhorias e/ou alterações na operacionalização do Sistema de Controle Ambiental;
4. Qualquer alteração na Titularidade e/ou Razão social da empresa deverá ser comunicada imediatamente ao IMASUL/SEMAGRO/MS;
5. Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade deverá ser previamente licenciada por este IMASUL/SEMAGRO/MS;
6. Esta licença deverá permanecer em lugar visível do empreendimento, para efeito de fiscalização;
7. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensa e/ou cancelada, sem prejuízo da adoção das outras medidas punitivas administrativas e judiciais, quando ocorrer:
  - I – Violação ou inadequação de quaisquer das condicionantes acima descritas ou normas legais;
  - II – Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;
  - III – Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA: 17/09/2019

A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias anterior ao seu vencimento

Campo Grande, 29 MAR 2017

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR

Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

Jaime Elias Verruck  
Diretor Presidente  
IMASUL